
Análise Bibliográfica da Produção sobre Desigualdade de Renda no Scielo: Objetivos, Método e Linhas Teóricas (2000 – 2019)¹

Maria Clara Ortiz de SOUZA²
Moacir José dos SANTOS³
Universidade de Taubaté, Taubaté, SP

RESUMO

O desenvolvimento é um dos conceitos que permeia as pesquisas quanto a desigualdade. A partir disso, o objetivo deste trabalho é analisar as principais abordagens utilizadas nas discussões sobre o impacto da desigualdade de renda no Brasil. A metodologia consistiu em analisar os periódicos indexados na base de dados Scielo, ao se pesquisar a palavra-chave “desigualdade de renda” e selecionar os trabalhos coerentes com os objetivos e o período da pesquisa. Os resultados obtidos mostraram que poucos são os trabalhos que abordam, especificamente, o tema da desigualdade de renda. Conclui-se que o estudo sobre a desigualdade de renda não pode ser denegado em um país onde o problema não é a captação de riquezas, mas a má distribuição delas e suas consequências sobre as dimensões do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; desigualdade; renda.

Introdução

Quando se trata do tema de pesquisa desigualdade de renda, logo se propõe a discussão acerca dos fatores relacionados ao desenvolvimento econômico e social e suas contribuições para o aprimoramento e para a formulação de políticas públicas. O desenvolvimento é um dos conceitos que permeiam as pesquisas no campo da desigualdade, especialmente, a de renda. Ao se tratar de um conceito que aborda a dinâmica econômica, junto ao processo de distribuição dos recursos captados a partir de seu crescimento, o desenvolvimento é um conceito que está diretamente relacionado com a diminuição ou com o aumento das assimetrias sociais.

Entre os conceitos estruturados como fatores que englobam os estudos sobre desenvolvimento social e econômico, está a desigualdade de renda. Estudos pertinentes

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduada em História. Bolsista do PIBIC/UNITAU: mariaclaraortiz22@hotmail.com

³ Doutor em História. Docente e pesquisador do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU, e-mail: professormoacirsantos@gmail.com

têm sido produzidos por pesquisadores de diversas áreas, que explicam como a desigualdade de renda interfere em vários âmbitos da vida de uma pessoa. Segundo Souza (2016), o Brasil é um país com alto grau de desigualdade, o qual se deve, principalmente, pela concentração de renda e de riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população.

Ainda seguindo a tese de Souza (2016), o autor deixa claro que o processo de redistribuição de renda e de riquezas, dos mais ricos para os mais pobres, de maneira eficaz e duradoura, é dificultado por pequenas e grandes decisões políticas, que ameaçam a organização social e, também, o perde-ganha político. Com isso, este processo vai ficando de lado, pois reformas radicais são vistas como arriscadas e imprevisíveis e reformas graduais dificilmente atingem os objetivos e resultados esperados, exatamente por durarem mais que o esperado.

A superação da desigualdade social na atual sociedade pode ser analisada sob duas perspectivas, segundo Oliveira (2015): a ideia de igualdade absoluta e de igualdade relativa. A primeira diz respeito a igualdade socioeconômica total entre os indivíduos – uma utopia, já que a disputa existente entre a população pela acumulação de bens e de poder é cada vez mais acirrada e naturalizada. A segunda ideia, a de igualdade relativa, é sobre a igualdade de oportunidades a todas as pessoas de uma sociedade – possível à medida que grupos menos favorecidos conseguem adquirir mais direitos por meio das políticas públicas de distribuição de renda, caminhando para a equidade social.

Miller (1996) explica como a crença de que as sociedades e seus membros deveriam ser mais igualitários, no sentido formal e material, é uma ideia central do século XX, mas que, ao contrário do que se deseja, esta crença passou a ser puramente religiosa (somos iguais perante a Deus) e política (no que diz respeito aos direitos iguais de participação política), o que deu lugar a uma sociedade mais frouxa quanto à igualdade socioeconômica, centrada, principalmente, nas economias de mercado. A partir de Miller (1996), a igualdade social consiste na ideia de que as pessoas tenham condições socioeconômicas relativamente iguais em áreas como educação, saúde, trabalho, oportunidade de consumo e utilização de bens de lazer. Quanto maior a superação da desigualdade social e material, maior a chance de efetivação dos direitos humanos fundamentais. Para que essa efetivação ocorra, o autor suscita a necessidade da extinção de privilégios e das discriminações – raciais, econômicas e de sexo – que constituem barreiras que limitam a mobilidade econômica de grupos sociais inseridos no contexto.

É preciso ter o cuidado ao analisar a desigualdade de distribuição de renda, cuidando para as diferentes dimensões e os diversos componentes, tendo sempre em mente que orientações diferentes são utilizadas em cada tipo de análise de determinado objeto de estudo.

No que concerne à desigualdade da renda do trabalho, os mecanismos incluem a oferta e a demanda por qualificações, o estado do sistema educacional, bem como as diferentes regras e instituições que afetam o funcionamento do mercado de trabalho e o processo de formação dos salários. Já em relação à desigualdade das rendas do capital, os processos mais importantes são os provenientes da poupança e do investimento, das regras de sucessão e de heranças, do funcionamento dos mercados imobiliários e financeiros. Com muita frequência, as medidas estatísticas da desigualdade da renda usadas pelos economistas e presentes no debate público são indicadores sintéticos — como o índice de Gini — que misturam coisas muito diferentes, em especial a desigualdade do trabalho e do capital, de modo que é impossível separar claramente os diferentes mecanismos e as inúmeras dimensões da desigualdade (PIKETTY, 2013, p. 313).

Portanto, ao levar em conta as diversas desigualdades existentes em todo território brasileiro e, também, os debates e as interpretações contemporâneas acerca da estratificação social brasileira, o presente trabalho busca analisar as principais abordagens utilizadas nas discussões sobre o impacto da desigualdade de renda no Brasil, o que irá proporcionar a definição das linhas de análise quanto aos fatores que provocam a desigualdade de renda no Brasil, utilizando como base as pesquisas publicadas na plataforma Scielo. A análise das abordagens identificadas permite explicar o fenômeno da formação das classes sociais, da distribuição de renda e de riquezas e da desigualdade de renda, justificando, assim, a escolha do tema da pesquisa.

Metodologia

O trabalho foi realizado por meio da análise de periódicos da base de dados Scielo de publicações relacionadas à discussão da desigualdade de renda no Brasil, compreendendo o período do ano de 2000 a 2019. Adota-se esse método em razão do objetivo do trabalho: analisar em periódicos as linhas de análise quanto aos fatores que provocam a desigualdade de renda do capital no Brasil. O recorte de 2000 a 2019 se

justifica devido à percepção de que políticas de inclusão social foram promovidas de maneira mais intensa, nesse período, pelo governo federal e governos estaduais.

O início do trabalho se deu a partir da seleção de artigos na base de dados Scielo, por meio do filtro de busca desigualdade de renda. Logo após a leitura do resumo de cada artigo já publicado – seguindo o recorte proposto – foi feita a seleção de trabalhos que condiziam com a pesquisa. Após a leitura e análise de cada artigo selecionado houve o exame de conteúdo com a identificação do método utilizado em cada trabalho pelos seus respectivos autores, bem como os pressupostos conceituais e as conclusões, buscando-se identificar as linhas de análise subjacentes a cada artigo analisado. A leitura da bibliografia e de demais autores relevantes auxiliou na identificação e no estudo de cada linha de análise teórica. Posteriormente, foi possível revisar os artigos selecionados e organizá-los em suas determinadas linhas de análise; esse passo foi importante para facilitar a próxima análise que daria prosseguimento a pesquisa.

Nessa análise consta os principais argumentos utilizados pelos autores em seus trabalhos, em relação ao tema desigualdade de renda e as motivações que levaram a caracterização das respectivas linhas de análise em que cada trabalho foi inserido. Um novo arquivo foi criado contendo todas as informações necessárias para se chegar ao objetivo do trabalho. Por fim, a análise final teve seus resultados e suas conclusões expostas na elaboração de um relatório final, a seguir por um panorama geral das linhas teóricas encontradas durante a pesquisa.

Desenvolvimento e desigualdade de renda

Ao se tratar do tema desigualdade de renda, os debates econômicos tornam-se indispensáveis para a discussão a ser abordada. Devido as diferentes visões de mundo, é possível que haja diversas interpretações e, conseqüentemente, várias concepções analíticas, que geram linhas teóricas divergentes acerca do funcionamento da economia. Portanto, é perceptível que, ao analisar rapidamente os trinta e cinco artigos selecionados, as concepções econômicas e as linhas de raciocínio social, dos respectivos autores ficam em evidência e são utilizados para articulação de seus argumentos.

Uma das abordagens utilizadas por autores que trabalham em cima de estruturas econômicas é a da tradição marxista. Como descrevem BIELSCHOWSKY e col. (2011), essa abordagem entende que há uma espécie de árvore genealógica da economia política

brasileira que é responsável por formular modelos teórico-políticos, a partir da construção de projetos de desenvolvimento para o país, apresentados pelos principais economistas brasileiros. Já a ideia de ciclo ideológico, ao contrário da tradição marxista, se caracteriza por um conjunto de políticas econômicas sustentadas por princípios unificadores (como o liberalismo econômico e o socialismo), em um determinado período. No caso brasileiro, o desenvolvimentismo seria o principal pensamento econômico dos pesquisadores. O sistema desenvolvimentista foi amplamente utilizado no processo de discussão durante a industrialização brasileira, sendo assim, o autor identifica cinco correntes de pensamento predominantes no Brasil: neoliberalismo, desenvolvimentismo via setor privado, desenvolvimentismo via setor público nacionalista, desenvolvimentismo via setor público não nacionalista e socialismo. Todas essas correntes são definidas pelos seus projetos econômicos desenvolvimentistas.

Segundo a análise de BIELSCHOWSKY e col. (2011), inexistente sistema de economia política que não seja organizado a partir de um sistema ideológico que, por sua vez, é resultado de transformações históricas marcadas por lutas políticas decorrentes de ideias advindas de sistemas analíticos de referência. Em 1970, os dados publicados pelo Censo Demográfico sobre desigualdade de renda geraram mais dois aportes teóricos: estudos acerca do modelo de crescimento econômico a partir da demanda e a teoria do capital humano, ambos criados para justificar a má distribuição de renda e que geraram uma nova perspectiva para o desenvolvimento econômico nacional e que, também, são teorias bastante usadas pelos autores dos artigos selecionados – principalmente a teoria do capital humano.

Tratando-se de uma abordagem mais liberal, que prioriza a liberdade individual e de comércio, os autores que partem para esse lado, acordam com uma intervenção mínima do Estado na economia. Carnegie (1889) defendia que a civilização, para alcançar o progresso que beneficia a todos, dependia da propriedade privada e do individualismo, mesmo que o preço a se pagar fosse a grande desigualdade de ambiente, a concentração dos negócios industriais nas mãos de poucos. Para ele, a lei da competição tinha que ser obedecida para se garantir o futuro da humanidade e deveria ser um dever dos proprietários das grandes fortunas garantir a melhoria de vida da própria comunidade, financiando bens comuns e instituições públicas.

A teoria do capital humano, associada a uma abordagem liberal, é amplamente usada por diversos autores. Inclusive, muitos dos artigos selecionados a utilizam como

base de explicação, juntamente a consagração do mercado de trabalho, como eixo da estratificação social e da desigualdade de renda. A teoria do capital humano relacionou a produtividade dos trabalhadores, os investimentos pessoais em educação e a alteridade salarial a uma abordagem centrada em escolhas individuais e a incentivos. A partir do reconhecimento desta teoria, muitos estudiosos da área recorreram ao argumento da disparidade na relação entre classes sociais, escolhas pessoais e acesso/incentivo a educação.

A abordagem histórica que, ao contrário do esperado, não é tão usada, pelos autores, para argumentar a atual desigualdade de renda, também merece espaço no reconhecimento como linha de análise teórica. Um bom exemplo de argumentação para tentativa de explicar a desigualdade de renda e demais desigualdades existentes no cenário brasileiro é a diferença entre colônia de exploração e colônia de povoamento, comparação bastante usada quanto a comparação entre o Brasil e Estados Unidos. Souza (2016), ao explicar a linha de teoria histórica, aborda a perspectiva de que o panorama latino-americano se caracteriza por ser a região mais desigual do mundo devido à forma de colonização espanhola e portuguesa, que deu origem à elevada concentração de renda, devido aos latifúndios movidos por trabalho escravo, enquanto contrasta com as pequenas e médias propriedades do norte dos Estados Unidos, durante o período colonial. Na contramão, interpretações revisionistas defendem que a América Latina só se tornou extremamente desigual no século XX, levando em conta estudos de dados tributários de longo prazo.

Bastante conectada à abordagem histórica está a abordagem política, que entende as grandes mudanças e rupturas políticas como geradoras da desigualdade de renda ou da superação da mesma. Um exemplo é o entendimento de que os períodos que o Brasil passou por ditaduras e, também, por períodos de redemocratização, foram divisores de água para o perfil distributivo do Estado. A Constituição Federal de 1988 também é vista, por alguns autores, como importante para a instituição de um Estado menos elitista e mais preocupado com as demandas sociais das camadas mais pobres da população; entretanto, há artigos que desmentem essa visão, principalmente aqueles estudados por economistas que utilizam de dados tributários. Souza (2016) ainda explica que países onde as instituições políticas eram menos democráticas, os investimentos em infraestrutura e bens públicos eram menores e, dessa forma, o acesso às oportunidades econômicas eram limitados, concedendo privilégios às elites, havendo maior restrição ao acesso público às

tecnologias, mercados e outras oportunidades econômicas. Dessa maneira, o recrutamento de empreendedores é dificultado, além das elites que tendem a impedir a tentativa de alterar o equilíbrio do poder, a fim de que continuem a manter seus ganhos e suas concessões desejadas, mesmo que manobras políticas, econômicas e intelectuais tenham que ser feitas para manter esses privilégios; beneficiando desproporcionalmente grupos mais ricos.

A teoria marxista, baseada na luta de classes, foi bastante abordada entre o fim do século XIX e início do século XX, a qual acreditava que a desigualdade e a instabilidade econômica a partir da superação dos quatro males do capitalismo, citados por Souza (2016): a propriedade privada dos meios de produção, que causa a pobreza das massas, a desigualdade de renda, as disparidades no grau de liberdade individual e a irracionalidade do sistema. Essa teoria, na rápida análise feita dos trinta e cinco artigos selecionados, pouco aparece como explicação e argumentação das problemáticas envolvidas.

O método de análise tributário é o mais utilizado nos trabalhos selecionados para análise, talvez por grande parte deles terem sido produzidos por autores relacionados à área da economia. Ideias de ações para combate à pobreza, como elevação de tributos, introdução de alíquotas progressivas no imposto de renda e tributo sobre propriedades imobiliárias, são alguns exemplos de estudos realizados por estudiosos da área; para isso, a metodologia utilizada se baseia em pesquisas domiciliares com cobertura temporal mais longa, recolhimento de informações sobre rendimentos e produção de gráficos comparativos para fins de estudos mais detalhados, que visam resultados relevantes para mudanças políticas e econômicas. Souza (2016), ao analisar a literatura disponível com foco na abordagem tributária, em sua tese, explica como a parte dos ricos influencia medidas da desigualdade, como o Coeficiente de Gini, as PNADs e os demais Censos.

Também é possível perceber estudos sobre a desigualdade de renda a partir de uma perspectiva territorial, a qual entende que a região e o território que um determinado grupo está inserido influencia diretamente na disparidade social existente, atualmente, no Brasil. Os autores que utilizam desta linha teórica estudam e analisam a distribuição e a concentração de renda em áreas delimitadas em relação ao país como um todo e, com o auxílio de pesquisas quantitativas e de revisão de literatura, além da união com outras linhas de análise – como política e sociológica – possibilitam a obtenção de resultados bastante relevantes para futuras pesquisas na área.

Por último, mas não menos importante, é extremamente relevante ressaltar a abordagem sociológica. Esta abordagem possibilita que a análise de determinado objeto de estudo seja feita a partir de desdobramentos e nas relações sociológicas. Hans Speier (1936), por exemplo, entendia que a exploração se dava pela relação hierarquizada entre classes, reconhecida e legitimada pelos indivíduos e pelos grupos envolvidos, sendo a estratificação um traço cultural das sociedades. Para ele, a diferenciação social e de classe não se dava devido às variáveis como a propriedade privada, a ocupação ou a renda, mas a hierarquização em cima de valores distintos, vigentes em determinados contextos sociais. Jessé Souza (2018) associa a abordagem histórica, sociológica e a teoria do capital humano para explicar a grande desigualdade brasileira. Ele explica a desigualdade social pela disparidade de oportunidade e de acesso à educação e analisa essa disparidade como reflexo da abolição da escravidão, em 1888, e entende a “ralé brasileira” como prestadora de serviços advindos da época da escravidão, pois não conseguem competir profissões e níveis salariais com as demais classes exatamente por não partirem do mesmo início na corrida do capitalismo e da meritocracia.

A leitura e a averiguação individual de cada artigo e das abordagens utilizadas pelos seus respectivos autores assinalaram a terceira parte da pesquisa, a qual possibilitou a divisão e a caracterização dos trabalhos selecionados em suas determinadas linhas teóricas – abrangendo, cada um, mais de uma linha teórica. Após o exame aprofundado acerca das argumentações utilizadas, foi possível agrupar os discursos mais utilizados para explicar a desigualdade de renda no Brasil. Vale ressaltar que, dos trinta e cinco artigos selecionados para análise, após o aprofundamento da leitura, onze deles não se mostraram plausíveis em relação ao recorte de pesquisa escolhido, com a temática do trabalho: a desigualdade de renda.

Foi possível dividir e caracterizar os trabalhos da seguinte forma: catorze dos trabalhos selecionados apresentaram uma abordagem econômica ou desenvolvimentista em suas argumentações. Doze dos trabalhos selecionados apresentaram abordagem liberal, sendo que dez deles utilizavam da teoria do capital humano, enfatizando o papel da educação, para explicarem a desigualdade de renda que ainda impera no Brasil. Quatro dos trabalhos selecionados explicaram a desigualdade de renda no Brasil pelo viés cultural e histórico. Dezesseis trabalhos optaram por argumentos direcionados às políticas públicas e às ações governamentais como forma de superação da desigualdade de renda no país. Apenas cinco dos trabalhos selecionados utilizaram de uma abordagem marxista,

colocando o trabalho e suas relações como principal motivador da desigualdade de renda no Brasil. Como minoria, apenas dois trabalhos escolheram analisar a desigualdade de renda no Brasil a partir de uma abordagem tributária. Quinze dos trabalhos selecionados utilizaram, em suas pesquisas, uma linha de análise sociológica, mostrando a relevância de se pensar nos aspectos sociais, como acesso a direitos humanos básicos, para se explicar a desigualdade de renda no país. Por fim, sete, dos trinta e cinco artigos analisados, utilizaram do contexto territorial para complementarem seus trabalhos acerca do tema desigualdade de renda.

Os trabalhos que se caracterizaram por utilizarem linha de análise econômica ou desenvolvimentista estudaram, em sua maioria, a desigualdade de renda, no Brasil, a partir do nível de renda censitária da população e entendem que a situação do mercado de trabalho e a acumulação do capital nas mãos de poucos grupos são peculiaridades que determinam as assimetrias de renda no país. Ideias relacionadas à produtividade nacional; aos efeitos redistributivos de renda; ao número de empregos; ao valor do salário; ao poder de compra e de renda dos cidadãos; à expansão do mercado de consumo interno; ao ritmo do crescimento econômico nacional; às crises econômicas; à variação do PIB; se mostraram essenciais para a argumentação dos autores, tanto como motivação para a desigualdade de renda, como forma para a superação da desigualdade de renda no Brasil. Para os autores que utilizam desta abordagem, o crescimento econômico e a redistribuição de renda são os principais condicionantes para a diminuição da desigualdade de renda e, conseqüentemente, da pobreza. “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas” (apud DEDECCA *et al.*, 2014).

A abordagem liberal é uma das linhas teóricas mais utilizadas, conjuntamente com as abordagens políticas, sociológicas e econômicas, principalmente, ao se tratar da teoria do capital humano. Os argumentos utilizados pelos autores que optaram por esta linha de análise se baseiam no acesso/não acesso a direitos, bens, serviços e, principalmente, à educação como determinantes tanto para o aumento quanto para a diminuição da desigualdade de renda. Alguns autores utilizam desta abordagem pois entendem que o acesso a esses direitos colabora para a possibilidade do aumento das chances de mobilidade social e, conseqüentemente, para o aumento do consumo de mercado, o que contribui, diretamente, para o crescimento econômico do país. Esses autores, mesmo que não utilizem puramente da abordagem liberal em seus trabalhos, focam, especialmente,

na influência das escolhas pessoais de cada indivíduo para o posterior sucesso ou fracasso no âmbito socioeconômico e não responsabilizam o Estado e as políticas públicas pelo aumento ou pela diminuição da desigualdade de renda, dando ênfase no teor meritocrático. Há, também, a teoria do capital social, elaborada por Bourdieu (1980), a qual é bastante utilizada pelos autores que entendem o acesso de qualidade ao ensino básico e superior como fator principal e determinante para a diminuição das disparidades de renda no Brasil. Entretanto, apesar da linha liberal de análise ter como características as citadas acima, nenhum autor analisado trabalhou unicamente com esta abordagem, mas apenas a utilizou como uma das explicações plausíveis para o entendimento da desigualdade de renda no país.

A partir de uma análise histórica e cultural, utilizadas por poucos autores, entende-se que determinados períodos históricos culminaram, diretamente, no aumento ou na diminuição da desigualdade social. A pobreza, a partir desta abordagem, por exemplo, é resultado da concentração da riqueza produzida social e espacialmente (latifúndios no meio rural, especulação imobiliária no meio urbano), encontrando sua raiz na formação sócio-histórica e econômica brasileira. Atenta-se que, a partir desses autores, a desigualdade brasileira foi construída ao longo da história e que a sua superação dependerá do esforço do poder público em dar continuidade ao crescimento da economia e em fortalecer o combate à pobreza e à desigualdade, a partir de políticas públicas – dessa forma, percebe-se a união de outras linhas de análise e o uso de uma abordagem política e de responsabilidade governamental.

Entre as concepções explicativas e inspiradoras de políticas de intervenção sobre a pobreza, têm-se as abordagens culturalistas que centralizam sua explicação nos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias. Orientam-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes (apud SILVA, 2010, p. 157).

A linha de análise a partir de uma abordagem política é, claramente, a mais utilizada e referenciada pelos autores dos trabalhos analisados. Nesta, as políticas públicas são os temas centrais dos artigos e são apontadas como principais indicadores para a causa e para a resolução do problema da desigualdade de renda no Brasil. “As políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda somadas ao aumento do emprego formal fortaleceram de maneira mais acentuada a renda das famílias

dos estratos inferiores” (DEDECCA *et al.*, 2014), por isso a aplicação de políticas públicas para a redução da pobreza por meio da diminuição dos níveis de desigualdade é o principal argumento utilizado pelos autores, os quais entendem que é de responsabilidade do Estado prover o acesso à educação (básica e superior), à infraestrutura, à habitação, aos bens de consumo duráveis e não-duráveis e à saúde; já que estes são aspectos básicos e necessários para a diminuição dos níveis de desigualdade, especialmente, a de renda. Benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, são indicados como um dos principais meios políticos de superação da desigualdade de renda – tanto em conjunto com abordagens sociológicas, quanto com abordagens de cunho liberal, a partir do entendimento de que a desigualdade de renda diminui quando a classe popular consegue ter acesso a aspectos não monetários (educação, saúde, segurança alimentar), que são provenientes do crescimento econômico e de ações políticas.

Os autores que optaram por analisarem a desigualdade de renda, a partir de uma abordagem marxista, pontuam as relações de trabalho como principal fator para a manutenção da desigualdade de renda no Brasil, pois centralizam o trabalho como elemento estruturador das relações sociais. Em conjunto com fatores sociológicos, esta linha de análise compreende a formação de classes sociais e a disparidade de renda a partir da dificuldade que determinado grupo social encontra de ascender social e economicamente na sociedade. Segundo os trabalhos analisados que utilizaram desta abordagem, a estratificação social e a divisão social do trabalho são conceitos chaves para explicar a desigualdade de renda no país. As divisões de classes sociais inscritas na estrutura do emprego, junto ao fator gênero e raça, diferenciação econômica, nível educacional, precarização do mercado e as relações de trabalho flexíveis e desprotegidas pela indústria capitalista são motivos que influenciam, diretamente, na distribuição de oportunidades e os resultados desiguais e, conseqüentemente, nos níveis de desigualdade de renda.

O entendimento é de que o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, e a repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais são responsáveis pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda (SILVA, 2010, p. 157).

Apenas dois artigos apresentaram, em suas argumentações, referências a elementos tributários, para explicar as motivações que levam e explicam a desigualdade de renda no Brasil, sendo a linha de análise menos utilizada, ao se tratar dos trinta e cinco artigos selecionados para análise. Estudos analisam como a arrecadação e as transferências do governo central contribuem para a redução da desigualdade entre territórios de maneira eficiente e que podem produzir resultados competentes e que visam um futuro mais consistente para o país. Além disso, as ações que visam a recuperação da economia com combate à evasão fiscal fazem ampliar a arrecadação e a capacidade de gastos do Estado, o que possibilita o governo investir em programas sociais e de infraestrutura. Os autores que trabalham com esta abordagem utilizam, ao mesmo tempo, ideias de ações políticas que, ao serem colocadas em prática em conjunto uma com a outra, resultam em efeitos positivos e na diminuição da desigualdade de renda brasileira.

Seguindo a análise, encontra-se, também, trabalhos que organizam suas argumentações a partir de uma abordagem sociológica. Muitos dos autores dos trabalhos analisados optaram por se afastarem da abordagem econômica e se aproximarem de questões externas que influenciam diretamente no aumento ou na redução da desigualdade de renda. Fugindo da ideia liberal de que as escolhas individuais afetam diretamente o sucesso socioeconômico de um membro da sociedade, a abordagem sociológica busca entender como fatores sociais desiguais dissimulam as oportunidades de emprego e, conseqüentemente, da disparidade de renda que ainda existe, no Brasil. Portanto, os fatores analisados são de dimensões não monetárias, como as alteridades de gênero, de raça, de regionalidade, o acesso a serviços públicos, a superação do analfabetismo, a questão racial, o acesso ao consumo material, a qualidade habitacional, a saúde, ao mercado de trabalho, ao lazer, a qualidade de interações sociais, a qualidade ambiental, aos direitos políticos e a liberdade de expressão. A linha de análise sociológica é utilizada, na maior parte das vezes, em conjunto e apoio com as análises econômicas e políticas; o objetivo desses trabalhos, portanto, é de introduzir um debate mais humanitário acerca da necessidade de se superar a assimetria da desigualdade entre pobres e ricos.

Por último, foi possível perceber que, um grande número dos trabalhos analisados, utilizaram a questão territorial como temática central para estudarem a desigualdade de renda. Dentre as motivações que culminam nesta disparidade e são os fatores mais estudados pelos autores estão os níveis desiguais de desenvolvimento econômico entre o

meio urbano e rural e entre as cidades metropolitanas e os demais municípios, entendendo que a morfologia urbana é um agravante para a desigualdade socioeconômica, já que uma parte da população acaba por ficar sobrepenalizada no que diz respeito ao direito à cidade e aos seus recursos, devido a localização que habitam, e por isso, acabam por não terem a oportunidade de se apropriar do aumento geral de riquezas, como outra parte da população, que tem maior e melhor acesso (como as metrópoles). O fenômeno da desigualdade territorial pode, portanto, ser como a desigualdade das regiões ao proverem recursos de subsistência aos seus cidadãos; além disso, pode-se definir desigualdade territorial como a concentração desigual de indivíduos em situação de vulnerabilidade se comparados a territórios parecidos. Mesmo com o aumento da renda, os territórios continuam extremamente desiguais no quesito acesso à recursos de subsistência, e isso acaba por afetar a riqueza nacional, a dinâmica do mercado de trabalho, a estabilidade política, social e econômica. Os estudos analisam como a arrecadação e as transferências do governo central contribuem para a redução da desigualdade entre territórios, de maneira eficiente, assim como as diversas formas de governança política, que podem produzir resultados descontínuos.

Portanto, a partir do estudo das linhas teóricas acima, foi possível realizar algumas observações. Primeiro, a percepção de que poucos são os trabalhos que utilizam a desigualdade de renda como um dos seus filtros de busca na plataforma Scielo. A desigualdade de renda não é, portanto, um tema central dos artigos e, na maioria das vezes, o conceito não é sequer explicado durante o andamento da pesquisa; por isso, apenas trinta e cinco artigos foram selecionados para o atual trabalho. Segundo, ficou explícito, durante a leitura dos artigos, que a partir das análises de cada linha teórica identificada, dentre os autores dos trinta e cinco artigos, poucos utilizam apenas uma abordagem ou de apenas um teórico de uma linha teórica específica; o que é perfeitamente comum e compreensível, já que determinadas abordagens não se completam sozinhas, necessitando de argumentos das mais diversas linhas teóricas para que a desigualdade de renda seja explicada de forma coerente e propostas de intervenção concisas sejam indicadas. Com isso, pode-se dizer que o estudo sobre desigualdade de renda e demais desigualdades não se limita a apenas uma interpretação, já que os resultados obtidos, até hoje, pelo seguimento de diversas linhas teóricas, são diversos e, muitas vezes, imprecisos, mas todos são de extrema relevância para futuros estudos. É indiscutível, dessa maneira, que a análise de BIELSCHOWSKY e col. (2011) está correta, a qual

entende que a história, a ideologia, a política, a economia e a análise teórica são elementos interligados e que precisam ser articulados em conjunto, a fim de se obter melhores resultados.

Discussão e conclusão

A partir da verificação dos resultados obtidos pelo presente trabalho, conclui-se que o estudo da desigualdade de renda, tendo como base os artigos publicados na plataforma de dados Scielo, possibilita a percepção acerca do interesse dos estudiosos brasileiros em compreender a pobreza, a concentração de renda e a desigualdade brasileira enquanto objeto de estudo concomitante ao desenvolvimento e ao crescimento econômico.

Segundo Piketty (2013), a taxa de remuneração do capital sendo maior que o crescimento da produção e da renda faz com que o capitalismo produza desigualdades insustentáveis, que ameaçam de maneira radical os valores da meritocracia – os quais são amplamente difundidos em sociedades democráticas. Logo, precisam existir discussões acerca dos meios que a Democracia deve preservar para assegurar o interesse geral da população, desfocando dos interesses privados e focando na abertura econômica, repelindo retrocessos protecionistas e nacionalistas. Bresser-Pereira (2008), ao trabalhar o tema do Nacionalismo, explica como, nos países periféricos e em desenvolvimento, o cosmopolitismo se torna dominante – baseado na ideologia das potências imperiais e na associação das elites aos países centrais, ao invés da aproximação com o próprio povo – enfraquecendo a nação e fazendo com que o país se assemelhe a uma semicolônia; o que acaba por gerar altas taxas de concentração de riquezas e de desigualdade de renda.

Já nos países periféricos, ainda que a nação também seja necessária para que haja desenvolvimento econômico, é comum acontecer que suas elites se sintam mais seguras em se associar com as elites nos países dominantes, dessa forma confirmando a tese radical de que “o capital não reconhece fronteiras” – uma tese pretendidamente de esquerda e na verdade falsa, mas que favorece a dominação imperial (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 181).

Para Bresser-Pereira (2008), as causas da estagnação do desenvolvimento brasileiro se dão por uma perspectiva política – que foi a perda da ideia de nação pelos cidadãos brasileiros, nos anos de 1960 a 1980 – e por uma perspectiva econômica, a qual

entende que a aceitação do Brasil, a partir do início dos anos 1990, da proposta econômica indicada pelos norte-americanos de abertura financeira e de crescimento com poupança externa, o que levou o Brasil a perder o controle de sua taxa de câmbio. Ele aborda a necessidade do nacionalismo para os projetos políticos e econômicos de um país:

Em um mundo altamente competitivo, o nacionalismo é essencial para que um país possa formular sua estratégia nacional de desenvolvimento econômico e, se for país em desenvolvimento, alcançar gradualmente os níveis de vida dos países ricos, mas deve ser combinado com os outros grandes objetivos políticos das sociedades modernas e com os direitos das outras nações (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 189).

Os resultados deste trabalho, portanto, mostraram que uma linha de análise não se mantém sozinha, sem o auxílio das outras. Ao afirmar isto, analisando conjuntamente os trabalhos selecionados, levanta-se uma observação pertinente: apenas o crescimento econômico e a tentativa de uma maior e melhor distribuição de renda, individualmente, não são argumentos sólidos e consistentes para se obter efeitos coerentes para o enfrentamento da desigualdade socioeconômica no Brasil. Por isso, questões territoriais, sociais e políticas são indispensáveis no debate sobre o tema.

A ação do Estado em valorizar o salário-mínimo, em oferecer empregos públicos e programas de transferência de renda é um dos elementos mais citados pelos autores, para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil. O mercado de trabalho, a acumulação de capital, assim como a má distribuição de infraestrutura, de serviços públicos e de financiamento de produção pelo Estado, em territórios menos favorecidos, são rudimentos que determinam as distinções de renda. Os artigos entendem, em sua maioria, que o Estado é o principal protagonista no financiamento do desenvolvimento social e na redução da desigualdade de renda, o que gera a percepção de uma linha de análise distante de uma abordagem mais liberal.

A ampliação da renda, que se refletiu em mais direitos, mais acesso e, sim, mais consumo, é resultado direto da política de valorização do salário mínimo, formalização do trabalhador, criação de novos empregos - inclusive os decorrentes de investimentos como habitação popular, equipamentos sociais e política de conteúdo nacional -, ampliação do acesso à aposentadoria urbana e rural, benefícios assistenciais e do Bolsa Família. A consequência direta desse processo foi o fortalecimento do mercado interno (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018, p. 64).

Portanto, percebe-se que os trabalhos analisados, como já suscitado acima, não utilizam de apenas um ramo argumentativo e de apenas uma linha de análise para explicarem a desigualdade de renda. Dessa maneira, pode-se afirmar que nenhum deles pode ser caracterizado por utilizarem uma linha de análise ortodoxa, puramente econômica, pois utilizam, conjuntamente, abordagens políticas, sociológicas, históricas e liberais; levando em conta aspectos além do nível de renda do indivíduo.

Quando estudamos o século XVIII ou o XIX, podemos mais ou menos imaginar as evoluções dos preços e salários, das rendas e riquezas, seguindo uma lógica econômica autônoma e interagindo pouco ou nada com as lógicas propriamente políticas e culturais. Quando estudamos o século XX, tal ilusão logo se desfaz. Basta uma breve olhada nas curvas de desigualdade da renda e do patrimônio ou a relação capital / renda para ver que a política está em toda parte e que as evoluções econômicas e políticas são indissociáveis, devendo ser estudadas lado a lado (PIKETTY, 2013, p. 697).

A análise qualificada, segundo Piketty (2013), desempenha papel importante no debate democrático, pois utiliza de informações mais concisas e dirige a atenção para questões corretas. Entretanto, o autor também suscita o formidável papel que o pesquisador da área das ciências sociais e políticas tem ao se estudar temas relacionados à desigualdade. O autor reitera como é fácil, para os pesquisadores da área se colocarem fora do debate público e da confrontação política, tomando para si apenas o papel de comentadores e demolidores de discursos e de estatísticas. Porém, esse engajamento não deve se conter em artigos acadêmicos e nem depositar toda sua argumentação na justiça, na Democracia e nas ações do Estado. Piketty (2013) suscita a importância de participar ativamente da política, não apenas como meros espectadores, críticos e estudiosos.

Todo mundo faz política a seu modo. Não há, de um lado, uma fina elite de responsáveis políticos e, de outro, um exército de comentadores e espectadores, bons apenas para inserir seus votos nas urnas uma vez a cada ano eleitoral. A ideia de que a ética do pesquisador e a do cidadão seriam irreconciliáveis e que o debate sobre os meios daquele deveria ser separado da preocupação com os fins deste me parece ser uma ilusão, compreensível, claro, mas que pode se tornar perigosa (PIKETTY, 2013, p. 695).

A importância em se estudar o nível de pobreza em relação ao nível de desenvolvimento do país engloba, necessariamente, a pesquisa acerca da desigualdade de renda: a questão distributiva não pode ser denegada, principalmente em um território no qual o problema não é a falta de riquezas, mas a má distribuição delas. Como reitera o

artigo mais antigo analisado neste trabalho, Barros *et al.* (2000) explica como uma divisão mais equitativa dos recursos acumulados pela União pode ter um impacto positivo sob a pobreza, já que o Brasil dispõe de uma renda *per capita* superior à sua linha de pobreza. Segundo o autor, a combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e que busquem diminuir a desigualdade aparenta ser a ideia de maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de *et al.* Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BIELSCHOWSKY, P.; BORJA, B.; CASTELO, R.; MALTA, M. M. de; ROCHA, M. A da. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: BIELSCHOWSKY, P.; BORJA, B.; CASTELO, R.; GANEM, A.; GOMES, V. L. C.; LENA JUNIOR, H.; MALTA, M. M. de; SALM, C.; ROCHA, M.A da (org.). **Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p. 23-52. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20097. Acesso em: 06 jul. 2020.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. [4. ed. revista: Contraponto, 2007].

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la recherche em sciences sociales**. v. 31, jan. 1980. p. 2-3.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo**. In: Estudos Avançados 22 (68), 2008.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 3, p. 54-66, nov. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-11042018s305>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARNEGIE, A. **Wealth**. The North American Review, v. 148, n. 391, 1889.

-
- DEDECCA, Claudio Salvadori *et al.* **Desenvolvimento e equidade: desafios do crescimento brasileiro.** Campinas. p. 23-41, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n98/03>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- MILLER, D. Igualdade e desigualdade. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 372-375.
- FRANCISCO MESQUITA DE OLIVEIRA. Ufma: Universidade Federal do Maranhão. **Desigualdade social: uma trajetória de insistência no brasil. VII Jornada Internacional Políticas Públicas,** São Luís, ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/desigualdade-social-uma-trajetoria-de-insistencia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty>. Acesso em: 04 nov. 2020.
- REVISTA NOVO TEMPO. **Jessé Souza explica divisão de classes no Brasil.** 2018. (15m27s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tLrurDn7riw>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- SILVA, M. O. S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katál,** Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/02>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- SOUZA, P. H. G. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013).** Universidade de Brasília. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza> . Acesso em: 29 jun. 2020.
- SPEIER, H. **Social stratification in the urban community.** American Sociological Review, v. 1, n. 2, 1936.

